



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 52, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2019, que Aprova os textos do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República de Singapura para Eliminar a Dupla Tributação em relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais e de seu Protocolo, assinados em Singapura, em 7 de maio de 2018.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

RELATOR: Senador Roberto Rocha

14 de Dezembro de 2020



PARECER Nº , DE 2020

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2019, da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República de Singapura para Eliminar a Dupla Tributação em relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais e de seu Protocolo, assinados em Singapura, em 7 de maio de 2018.*

RELATOR: Senador Roberto Rocha

I – RELATÓRIO

O Senado Federal é chamado a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2019, da Câmara dos Deputados, que aprova os textos do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República de Singapura para Eliminar a Dupla Tributação em relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais e de seu Protocolo, assinados em Singapura, em 7 de maio de 2018.

O tratado foi apreciado, de início, pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem Presidencial.

Tal proposição chegou ao Senado Federal em 10 de março de 2020. Em face do regime especial de trabalhos a que se submete esta Casa, apenas no dia 24 de junho último foi a matéria distribuída ao relator que subscreve esse parecer, após o transcurso do prazo regimental para recebimento de emendas.

O ato internacional em apreço é composto de 31 (trinta e um) artigos e um Protocolo. Esse foi firmado no momento da assinatura da



Convenção e busca esclarecer alguns termos e conceitos expressos no tratado. O denominado protocolo não altera o texto convencional. As partes entenderam por bem aclarar, no momento da assinatura, alguns aspectos do que foi avençado. Cuida-se, em realidade, de declaração interpretativa, que se admite também em tratados bilaterais.

A Convenção segue o modelo padrão de atos dessa natureza que vinculam nosso país a outras tantas soberanias. O tratado busca, em derradeira análise, estabelecer incentivos e condições propícias ao comércio e ao investimento bilateral. Isso ocorre na medida em que se evita que a mesma renda, de uma mesma pessoa, física ou jurídica, seja tributada pelo mesmo imposto nos dois países. Nesse sentido, o texto regula questões tributárias vinculadas, de tal ou qual maneira, ao fluxo de investimentos entre os dois países.

Não foram recebidas emendas até o momento.

II – ANÁLISE

Acerca da proposição em apreço, registramos não haver defeitos no que diz respeito à sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre o projeto, porquanto observado o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

A celebração desses acordos, bem como a uniformização da aplicação da rede de atos internacionais nesse sentido atualmente em vigor reduzirão obstáculos e aumentarão a segurança jurídica dos atores envolvidos. Some-se a isso o fato de que a ausência de acordos de dupla tributação (ADTs) afeta a competitividade das empresas transnacionais brasileiras no exterior.

Além do mais, os ADTs destinam-se a melhorar o ambiente de negócios para atrair o investidor estrangeiro. Eles impedem, ainda, discriminação entre investidores estrangeiros e nacionais e ampliam, como mencionado, a segurança jurídica e tributária. Contribuem, por igual, para evitar tanto a dupla tributação quanto a dupla não tributação.

Nesse passo, o Acordo proporciona maior cooperação entre as administrações tributárias envolvidas para evitar a dupla tributação, combater

o planejamento tributário abusivo, prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda e disciplinar o assunto de forma compatível com os instrumentos internacionais mais contemporâneos a que ambos os países estão vinculados. E, ao fazê-lo, aproxima esses países das práticas internacionais mais modernas nesse domínio, formam um canal de incentivo para investimentos entre os países signatários e levam ao estreitamento bilateral de suas relações comerciais e econômicas.

O ato internacional em análise é, assim, conveniente aos interesses nacionais.

III – VOTO

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela **aprovação** do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente



Senador Roberto
Rocha



SF/20245.23999-86

**Reunião:** 9ª Reunião, Extraordinária, da CRE**Data:** 14 de Dezembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 8ª Reunião da CRE**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|----------|------------------------------------|----------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP) | | | |
| Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) | | 1. Renan Calheiros (MDB) | |
| Jarbas Vasconcelos (MDB) | | 2. Fernando Bezerra Coelho (MDB) | |
| Marcio Bittar (MDB) | | 3. Simone Tebet (MDB) | |
| Esperidião Amin (PP) | Presente | 4. Diego Tavares (PP) | Presente |
| Ciro Nogueira (PP) | Presente | 5. Vanderlan Cardoso (PSD) | |
| Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL) | | | |
| Roberto Rocha (PSDB) | Presente | 1. Izalci Lucas (PSDB) | Presente |
| Mara Gabrilli (PSDB) | | 2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS) | |
| Major Olimpio (PSL) | Presente | 3. Soraya Thronicke (PSL) | Presente |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB) | | | |
| Kátia Abreu (PP) | Presente | 1. Acir Gurgacz (PDT) | Presente |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | | 2. Flávio Arns (PODEMOS) | |
| Eliziane Gama (CIDADANIA) | | 3. Veneziano Vital do Rêgo | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | | | |
| Fernando Collor (PROS) | Presente | 1. VAGO | |
| Jaques Wagner (PT) | Presente | 2. Telmário Mota (PROS) | |
| Humberto Costa (PT) | Presente | | |
| PSD | | | |
| Nelsinho Trad (PSD) | Presente | 1. Carlos Fávaro (PSD) | Presente |
| Antonio Anastasia (PSD) | Presente | 2. Angelo Coronel (PSD) | Presente |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | | | |
| Chico Rodrigues | | 1. Marcos Rogério (DEM) | |
| Zequinha Marinho (PSC) | Presente | 2. Maria do Carmo Alves (DEM) | |
| PODEMOS | | | |
| Marcos do Val (PODEMOS) | | 1. Alvaro Dias (PODEMOS) | |



Reunião: 9ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 14 de Dezembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 8ª Reunião da CRE

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Lucas Barreto

Plínio Valério

DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 203/2019)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL À MATÉRIA.

14 de Dezembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional